

Farhat acha que Constituinte é diversionismo

A idéia da convocação de uma Assembléia Constituinte, defendida pela oposição, se constitui numa manobra diversionista", segundo disse ontem o ministro da Secom, Said Farhat.

As oposições, disse o ministro aos repórteres, no Palácio do Planalto, nada tendo de positivo a oferecer para a solução dos problemas nacionais, "divertem a opinião pública com um tema diferente".

O governo mantém a posição de outras vezes anunciada: não vê razão para se convocar uma Constituinte, pois o Congresso Nacional já dispõe de poderes constituintes para emendar a constituição como quiser.

Quanto à proposta do presidente do PP, Tancredo Neves, para que o presidente Figueiredo confira poderes especiais ao Congresso Nacional para elaborar uma nova Constituição, como o fez o presidente Castelo Branco, Said Farhat observou: "Talvez o deputado não tenha levado em conta que o presidente Castelo Branco fez isso por meio de um ato Institucional, o AI-4. Desde o dia 1º de janeiro de 1979, quando entrou em vigor a emenda constitucional nº 11, o presidente da República não mais dispõe de poderes revolucionários. Duvido que o deputado Tancredo Neves imagine ter o presidente poderes acima da Constituição".

A um repórter que notou poder o presidente, no entanto, propor ao atual Congresso, em forma de emenda, um novo texto constitucional, o ministro concordou, mas assinalou que o presidente não considera isso oportuno. Se houver condições e as circunstâncias políticas o aconselharem, concluiu, pode ser que até o final do seu mandato ele tome uma iniciativa nesses sentidos.

Arma de 2 gumes

"A Constituinte pode ser uma arma de dois gumes: será um instrumento para a normalização institucional do país, se for popular, livre e soberana, como pode se tornar um embuste, se for convocada amanhã, pelo João".

A opinião é da deputada Cristina Tavares, da Tendência Popular do PMDB, que acha mais importante, no momento, o esclarecimento dos trabalhadores de todos os níveis sobre a necessidade da Constituinte, pois "ainda hoje a maioria das pessoas não sabe o que ela representa".

O senador Humberto Lucena, também do PMDB, acrescenta que seu partido está tentando levantar uma campanha nacional em torno da necessidade de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, mas tem seu trabalho prejudicado pela falta de acesso aos meios de comunicação. Por isso, o senador oposicionista vê a necessidade da revogação da Lei Falcão, da Lei de Segurança Nacional e modificações tanto na lei eleitoral como na Lei Orgânica dos Partidos.

A deputada Cristina Tavares vai mais além: "Uma Constituinte sob o arbítrio servirá apenas para referendar o governo que está aí. Por outro lado, uma Constituinte com o João, sem as leis de exceção, sem o sistema eleitoral corrupto hoje vigente, então não é o João que eu conheço".

Já o deputado José Linhares, vice-líder do Partido Popular, acha a Constituinte um instrumento válido na busca de novos caminhos para o impasse que o país vive em todos os ramos de atividade, mas não lhe atribui "condão de varinha mágica para resolver o curtíssimo prazo as dificuldades mais aflitivas".

Isso porque, explica o vice-líder, sem haver mudanças profundas e sinceras na forma de agir, pensar e de ver o Congresso Nacional por parte do sistema revolucionário. "De nada adiantará registrar nas páginas constitucionais princípios e soluções as mais salutares e não serem respeitadas".

O secretário do PMDB, deputado Aldo Fagundes, vê a Constituinte como um denominador comum às oposições no país, e afirma que o fundamental, agora, é a conscientização da opinião pública e não entrar em detalhes que o processo de formação da Constituinte exige. Esses aspectos seriam analisados "no momento oportuno".